

A COLONIZAÇÃO DO VALE DO ITAJAÍ-MIRIM E OS REFLEXOS NA DEGRADAÇÃO DE SEUS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Angela da Veiga Beltrame*

A degradação de recursos naturais renováveis tem sido apontada como um dos motivos da queda das primeiras civilizações. Regiões que no passado, tiveram desenvolvimento arrojado como Mesopotâmia, nordeste de Bagdá, planícies da Síria e Arábia, Palestina, norte da África e outras, e que atualmente correspondem a grandes áreas improdutivas ou desérticas, provam com suas ruínas, que foram bastante férteis e capazes de sustentar populações numerosas (BERTONI e LOMBARDI, 1985).

Com o descobrimento da América, os colonizadores compreenderam claramente a quantidade e a qualidade dos recursos naturais do Novo Mundo. Certamente pela abundância e pela impressão de serem esses recursos inesgotáveis, os conquistadores mostraram um caráter depredador. A colonização portuguesa e espanhola é caracterizada pela apropriação dos recursos naturais, em troca da devastação e destruição da natureza originalmente existente, desrespeitando princípios de conservação do solo, de água ou de vegetação (HIDALGO, 1985).

O Brasil, segundo, BERTONI e LOMBARDI (1985),

*Mestre em Geografia pela UFSC (Depto. de Geociências).

"apesar de sua juventude e da vastidão de seu território, já apresenta em sua curta história e no rastro de suas explorações agrícolas, comprovações irrefutáveis e sinais evidentes de gravidade do problema de declínio da fertilidade de suas terras" (BERTONI e LOMBARDI, 1985, p.10-11).

Vários grupos de imigrantes europeus povoaram vastas regiões do Brasil. Em Santa Catarina, grande parte de seu território foi colonizado por imigrantes alemães e posteriormente italianos.

A crise por que passava o povo europeu no século passado, especialmente os de língua alemã, a concentração de terras pela aristocracia européia, o regime político absolutista e o mito das fabulosas riquezas naturais brasileiras, levaram um grande contingente populacional alemão, a se estabelecer no Brasil, principalmente em fins do séc. XIX (PIAZZA, 1988).

A colonização do Vale do Itajaí-Açú iniciou-se em 1850, com a formação da Colônia Blumenau. Em 1860 foi a vez da colonização do Vale do Itajaí Mirim, facilitada pela navegabilidade deste rio, na maior parte de sua extensão. A colônia passou a ser chamada pela população de Colônia "Brusque", em homenagem ao Presidente da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque. Juntaram-se a eles os imigrantes italianos e franceses, a partir de 1875. Em 1890 a colônia passou a chamar-se oficialmente Brusque, onde já era notável o crescimento econômico, antes baseado no excedente da produção agrícola e artesanal, que evoluiu para unidades fabril familiares e posteriormente às indústrias têxteis atuais.

Cita o médico naturalista J.J. Von Tschidi¹ em anotações sobre sua visita à colônia Brusque entre 1860 e 1862 que:

"as condições das terras são menos favoráveis que em Blumenau porque a região é mais montanhosa, os vales são mais estreitos. O solo, contudo, é mais frutífero e dá ao colono suficiente subsistência" (TSCHUDI, 1862, in. PIAZZA, 1988, p.64).

A tradição tecelã que existia desde 1862, ampliou-se com a vinda de tecelões poloneses de língua alemã. Os imigrantes italianos, que superaram em número os demais grupos de imigrantes,

passaram então a dedicar-se à produção agrícola mais especificamente, à cultivar produtos de subsistência para as populações urbanas e para exportação. Entre eles está o milho, cultivado de forma tradicional, o arroz, a uva, o bicho-da-seda, a amoreira e o fumo; destacando-se como produtos de exportação o arroz, a erva-mate, a farinha de mandioca, o açúcar, o fumo, a banana.

A exploração da madeira também destacava-se no quadro econômico do município de Brusque. O Dr. Von Tschudi ressaltou em seus registros, a excelente qualidade das madeiras então existentes no Vale do Itajaí Mirim, no início da década de 1860, cortadas e exploradas na época por 14 serrarias do vale (PIAZZA, 1988).

O colonizador Constâncio Krumel em 1923, recebeu do governo do Estado a concessão de 6 mil hectares de terra, no braço sul do alto Itajaí-Mirim (PIAZZA e HÜBNER, 1983). Encaminhou para a área colonos da origem alemã, provenientes do Vale do Capivari (tributário do Rio Tubarão) e descendentes italianos de regiões próximas.

"Naquele local vai se desenvolver uma atividade extrativista da madeira, que ocasionou nestes últimos cinquenta anos, um virtual desmatamento, cujas florestas foram substituídas, paulatinamente, por uma agricultura de subsistência" (PIAZZA e HÜBNER, 1983, p.128).

Era de interesse do governo brasileiro no início da ocupação das terras, que os imigrantes se estabelecessem em áreas de floresta das províncias meridionais, que fossem pequenos proprietários, que usassem a mão-de-obra familiar e não competissem no mercado de escravos e nem na criação de gado.

"O povoamento não foi um processo espontâneo como muitos pensam, mas sim controlado rigidamente pelo Estado ou por companhias de colonização particulares com regras definidas por lei; uma legislação que mudou com certa frequência as regras do sistema, o que também deve ter causado não poucos transtornos" (SEYFERTH, 1986, p.534).

A área ocupada pela colônia "Brusque" em 1860, estava totalmente recoberta pela "Mata Atlântica" ainda virgem, sendo desmatada em ritmo crescente, especialmente a partir do início do séc. XX. Nesta época, intensificou-se o uso das queimadas, da extração da lenha e aumentou o número de serrarias. Aquela exuberante cobertura vegetal passou a restringir-se às áreas que não puderam ser aproveitadas pela agricultura, por limitações do relevo ou da fertilidade. O relevo acidentado representou um obstáculo ao aproveitamento agrícola das terras do Vale do Itajaí-Mirim, uma vez que os terrenos planos e alagadiços, próprios à lavoura e pecuária, limitavam-se às margens do curso inferior deste rio.

Na venda e distribuição de lotes aos colonos imigrantes, não era dada qualquer importância à fertilidade das terras (SEYFERTH, 1974). Ao chegar na colônia, o imigrante comprava por concessão provincial, às vezes com certa demora, um lote de terra em torno de 15 a 30 ha., de formato alongado, com largura entre 200 e 300 metros, estendendo-se desde a margem do rio até a linha de cumeeada. Neste processo não era dada qualquer importância à fertilidade das terras (SEYFERTH, 1974).

Os imigrantes alemães estavam despreparados para explorar terras com mata virgem e despovoadas, realidade esta, muito diferente daquela existente na terra natal na mesma época. Não dispunham de equipamentos necessários ao trabalho, nem técnicas agrícolas ou roupas adequadas à região. Não podiam contar com a tração animal, pois tal recurso era geralmente muito caro ou inexistente.

Descrevendo a admiração e o temor do imigrante alemão ao receber seu lote de terra, MIRA (1920) escreveu:

"modestos como chegavam, eram conduzidos para os núcleos coloniais onde lhes era dada residência provisória uma pequena casa de madeira, alguns instrumentos agrários e a floresta bravia à espera de trabalho. A primeira sensação do colono devia ter sido de estupefação e de medo da natureza luxuriante, cheia de sombras e árvores colossais. Mas elle se atirava à desbravá-la, e a cada manhã ao surgir do sol se extasiava na sua obra de avançamento" (MIRA, 1920, p.228).

A floresta era considerada como uma grande inimiga do colono, cuja destruição ele se orgulhava em realizar.

E, assim, após a derrubada, os ramos menores eram deixados secar ao solo e a madeira era retirada. Após seis a oito dias, os ramos eram queimados e a cinza resultante, usavam na adubação. Prosseguia um policultivo essencial à subsistência da família e apenas um pequeno excedente era vendido.

Os vales apertados, as pequenas e restritas áreas de várzeas, a distância do mercado consumidor, levaram o colono a desenvolver um sistema de cultivo para subsistência, com reduzidas condições de progresso econômico. O cultivo no mesmo solo era contínuo por dez ou mais anos e posteriormente ficava em repouso com pasto ou capoeira, sendo que os cultivos desenvolviam-se em outra área da propriedade (SEYFERTH, 1974). Em virtude do pequeno tamanho da propriedade, o período de repouso era curto e este terreno voltava a ser trabalhado, (sistema de rotação de terras) cultivando-se as mesmas espécies, sem qualquer tipo de adubação.

O Vice-Presidente da Província de Santa Catarina em 1877, Dr. Ermírio Espírito Santo, em relato sobre a colônia Brusque cita:

"Nos primeiros anos, depois das derrubadas, descortinaram-se terrenos fertilíssimos; em seguida, vieram as chuvas e lá se foi o húmus fecundo, ficando ao lavrador a terra que só pode produzir a poder do arado e de estrume" (SANTC, 1877, in: CABRAL, 1958, p.293).

O solo então, foi empobrecendo e as espécies mais exigentes em fertilidade (milho, cana-de-açúcar e fumo), foram sendo substituídas por feijão e batatas e posteriormente pela mandioca, que se adapta em terrenos pobres. O sistema de rotação de culturas utilizado na época da colonização, era antes para aproveitar a terra ao máximo, que necessariamente para tentar recuperar o solo desgastado.

"Houve não só o fracasso da plantação de cereais e da batata conhecida como "inglesa", como também a floresta densa e a técnica da coivara impediam a utilização racional do arado (...). Se por um lado, a burocracia governamental e a falta de verbas para a colonização consistiam em grave problema, por outro lado a organização do trabalho agrícola sob novas bases foi o teste mais difícil e também o mais problemático, uma vez que os imigrantes alemães adotaram uma técnica de cultivo das mais predatórias que existem: a coivara (ou a derrubada-queimada), comum no meio rural brasileiro que com propriedade foi chamado pelos alemães de "Raubbau" (agricultura de rapina). A adequação à este método de cultivar a terra foi provavelmente inevitável em face da floresta. O insucesso do cultivo de cereais europeus (como cevada, trigo, centeio e aveia) determinou a utilização de plantas nativas como o aipim, a batata-doce, a cana-de-açúcar, etc..." (SEYFERTH, 1978, p.40).

Sem dúvida, a agricultura era a subsistência do colono e de sua família. Embora o excedente da produção fosse reduzido, este representava sua única fonte de renda. A pecuária era atividade secundária, composta por aves, porcos e vacas leiteiras, destinada ao consumo doméstico. Este pequeno excedente da produção agrícola, o colono comercializava com o vendeiro, que definia o preço, geralmente muito abaixo do real. O pequeno capital circulante concentrava-se, na maioria dos casos, nas mãos dos vendeiros, que aos poucos foram enriquecendo. E foi a partir desta capitalização que se inicia a implantação da indústria têxtil em Brusque no ano de 1892, motivada pelos altos preços das roupas e tecidos nas regiões coloniais, além de encontrar na própria colônia um favorável mercado consumidor (SEYFERTH, 1974).

No início do séc. XX, já era sentido o enfraquecimento da atividade agrícola, agravado pelo esgotamento dos solos e escassez de novas áreas para expansão agrícola. Nesta época também, a atividade agrícola vai sendo reduzida e a extração da madeira começa a ser uma das bases da economia local (LAGO, 1960).

O Sr. Ayres GEVAERD (1979), dedicado pesquisador da história de Brusque, comentando sobre o Vale do Cedro (rio afluente do Itajaí-Mirim) cita que:

"A área maior (...), era acidentada, montanhosa, de difícil aproveitamento para uma lavoura que permitisse a subsistência e o comércio com o produto excedente. A mata foi assim, o recurso extremo de muitos colonizadores. Mas o aproveitamento foi desordenado, sem planejamento..." (GEVAERD, 1979, p.3).

A indústria, passa a atrair os colonos, especialmente os artesãos, que na esperança de trabalharem por um salário, vão fazendo da indústria sua fonte de renda principal. Embora não se desligando totalmente da atividade agrícola, o colono passou a dedicar apenas o excedente de seu tempo à esta atividade. A indústria em Brusque, dá início a um processo de desruralização no município, a partir do início do século XX. O colono, agora também operário, continua a morar no campo mesmo tendo que percorrer diariamente alguns quilômetros até a indústria. Desenvolveu-se assim, um movimento pendular, no sentido campo-cidade ao mesmo tempo que multiplicaram-se o número de camponeses operários. A agricultura, seja pelo surgimento da indústria têxtil, seja pelo esgotamento do solo agrícola, pelo relevo acidentado ou pela escassez de terras para as gerações seguintes dos imigrantes que se instalaram no Vale do Itajaí Mirim, perdeu sua importância no quadro econômico do município de Brusque. As famílias que continuaram retirando da terra o seu sustento, atualmente cultivam espécies de interesse industrial como mandioca e fumo (SEYFERTH, 1974).

E assim, a atividade agrícola foi enfraquecendo a tal ponto, que atualmente o município de Brusque produz apenas 10% do que consome (LOPES SOBRINHO, comunicação pessoal em 11/09/1989)², deixando de ser essencialmente agrícola para ser caracteristicamente industrial.

Decorrido mais de um século da entrada dos primeiros imigrantes colonizadores no território catarinense, o desmatamento desordenado ainda persiste. Brusque conta com 27 indústrias e entre 20 e 30 estufas de fumo consumidoras de lenha e mais de uma dezena de madeireiras que consomem madeiras do município e de regiões vizinhas. Embora haja obrigatoriedade de reflorestamento, tanto por parte de lenheiros como de empresas,

não há fiscalização apropriada. Somente três indústrias possuem reflorestamento para autoconsumo (LOPES SOBRINHO, comunicação pessoal em 11/09/1989).

Em termos estaduais a situação não é diferente. Cerca de 10 mil hectares de cobertura vegetal do Estado, são devastados todos os anos (Jornal O ESTADO, 26/06/88). Atualmente, apenas 10% do território catarinense é coberto com florestas nativas, que no passado ocupavam 85% deste mesmo território (CARUSO, 1983).

Muitos problemas sócio-econômicos são derivados de efeitos causados pela degradação dos recursos naturais renováveis, embora quase nunca seja feita tal relação.

É a cidade que recebe este contingente populacional, que teve seu padrão de vida no meio rural rebaixado à níveis insustentáveis, consequência de um ambiente degradado pela própria ação antrópica.

Embora a degradação dos recursos naturais do meio rural tenha causado problemas sociais, o parcelamento do solo (reduzindo a área útil para agricultura), a falta de áreas disponíveis para as gerações seguintes, a mecanização da agricultura dispensando grande parte da mão-de-obra e o desenvolvimento industrial, são fatores que acentuaram o êxodo rural. De qualquer modo, o esgotamento do solo pelo uso intensivo e o descaso em sua recuperação ou manutenção do nível de fertilidade, chega ao ponto de uma família não mais poder sustentar-se em uma propriedade, como faziam seus antepassados. A disponibilidade dos recursos naturais não está mais em relação harmônica com a densidade populacional e tal contingente necessita de outras atividades economicamente rentáveis.

Processo semelhante vem ocorrendo em relação à população do meio rural no município de Brusque. Segundo LAGO (1960), o êxodo da população do campo talvez esteja fornecendo alguma "vantagem" em termos de densidade populacional no meio rural do município de Brusque:

"O número de colonos caboclinizados, ainda que nos pareça ser reduzido, não espelha a realidade, porquanto o êxodo rural atua como fator de equilíbrio, mesmo considerando-se que o deslocamento de populações rurais seja decorrente da exaustão dos solos, sob práticas agrícolas em grande parte rudimentares e destrutivas" (LAGO, 1960, p.354).

A necessidade de se dar relevância à conservação dos recursos naturais renováveis, torna-se cada vez mais profunda. Para tanto, especialmente o governo através de seus órgãos competentes deve tomar decisões definitivas que resistam às instabilidades da economia e da política nacional embasadas em ações científicas e interdisciplinares, viáveis e adaptadas à realidade brasileira. Na falta de tais decisões e ações, os reflexos da degradação do ambiente rural continuarão a insidir sobre o ambiente social urbano.

Notas

- ¹Johann Jakob Von Tschudi, era médico e naturalista suíço, que visitando o sul do Brasil entre 1860 e 1866, deixou importantes registros sobre as colônias de Santa Catarina (in.: PIAZZA, 1988).
- ²Essas informações foram obtidas através de entrevista com o Secretário Municipal da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Brusque - Dr. Osmar Lopes Sobrinho, em 11/09/1989.

Referências Bibliográficas

- BERTONI, J. e LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo.** Piracicaba: Livroceres, 1985. 392p.
- CABRAL, O.R. **Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império.** Edição da sociedade Amigos de Brusque: comemorativa do 1º centenário da Fundação da colônia: 1960. Brusque: SC, 1958. 327p.
- CARUSO, M.M.L. **O desmatamento da ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983. 160p.

- GEVAERD, A. **Os difíceis dias da colônia Príncipe Dom Pedro.** In: Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje. Ano III, nº 9, jan./fev./mar. de 1979. p.2-10.
- LAGO, P.F. **Aspectos geográficos das paisagens rurais.** Álbum do centenário de Brusque. 4 de agosto de 1960. Sociedade amigos de Brusque, 1960. p.317-354.
- MIRA, C. **Terra Catarinense.** TYP. da Livraria Moderna, Florianópolis:SC, 1920. p.228.
- PIAZZA, W.A. **As colônias de Santa Catarina.** Blumenau: CNPq, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988. 96p.
- PIAZZA, W. e HÜBNER, L.M. **Santa Catarina: história da gente - 2º grau.** 19.ed. Ed. Lunardelli, 1983. p.66-81; p.110-113; p.126-129.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre-RS: Editora Movimento, 1974. 159p.
- SEYFERTH, G. **De Bauer a colono: a adaptação dos imigrantes alemães ao meio brasileiro.** In: Notícias de "Vicente Só" Brusque - Ontem e Hoje. Ano II - nº 6 - abr./maio/jun. 1978. p.38-42.